

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO DE CIDADES

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO DE CIDADES

DISCIPLINA: CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
RESUMO
A contabilidade tem a potencialidade de gerar informações para os mais variados usuários e setores da economia. Nas entidades classificadas como de direito público, essa realidade não poderia ser diferente. Os dados gerados pela contabilidade, por exemplo, são responsáveis por evidenciar a quantidade de gasto do governo; áreas que estão consumindo maiores recursos; arrecadação pública; tributos que têm maior representatividade nas receitas públicas; dentre outras informações imprescindíveis para a gestão e o controle público. Todo esse conteúdo é evidenciado pela área da contabilidade chamada contabilidade aplicada ao setor público, que possui algumas especificidades, aderentes às necessidades do setor público. Falaremos sobre a designação dessa área no decorrer desta aula. Não obstante, na área pública também existe uma preocupação relacionada à despesa e receita pública. Como, então, o governo autoriza e processa esses dispêndios e entradas de recursos? A propósito, esse registro é pelo regime de caixa ou de competência? No decorrer da aula, tentaremos trazer informações que irão auxiliá-lo a sanar essas e outras dúvidas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS ORÇAMENTO PÚBLICO CRÉDITOS ADICIONAIS SUBSISTEMAS DE INFORMAÇÃO REGIME DE CAIXA VERSUS COMPETÊNCIA AULA 2 CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES ESTÁGIO DA DESPESA RESTOS A PAGAR DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES LANÇAMENTO CONTÁBIL AULA 3 CONCEITOS CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA ESTÁGIO DA RECEITA RECEITA E LRF LANÇAMENTO CONTÁBIL AULA 4 PLANO DE CONTAS E LANÇAMENTOS BÁSICOS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO BALANÇO FINANCEIRO BALANÇO PATRIMONIAL DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS AULA 5 BASE DE MENSURAÇÃO AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

REAValiação
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS

AULA 6

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)
EMPRÉSTIMOS E A LRF
LIMITES ESTABELECIDOS PELA LRF PARA OS GASTOS PÚBLICOS
ACCOUNTABILITY NO SETOR PÚBLICO
CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, I.; ARRUDA, D. Contabilidade Pública da Teoria a Prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- BRASIL. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília. Lei n. 4320, de 17 de março de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm.
- GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E. Manual de Contabilidade Societária. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DISCIPLINA:

GESTÃO DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO

RESUMO

Esta disciplina tem como intuito fornecer um direcionamento no que tange à gestão da inovação e do conhecimento organizacional. Todo o conteúdo é um convite à reflexão em torno do tratamento que se dá ao conhecimento organizacional e às práticas de gestão da inovação, presentes no cotidiano das empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FUNDAMENTOS GERAIS
CONCEITOS DE INOVAÇÃO
PRINCÍPIOS DE TECNOLOGIA
EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA
PRINCÍPIOS DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO

AULA 2

O PAPEL DA EMPRESA NA INOVAÇÃO
TIPOS E NÍVEIS DE INOVAÇÃO
INOVAÇÃO INCREMENTAL E ARQUITETURAL
INOVAÇÃO RADICAL E DISRUPTIVA
INDICADORES DE INOVAÇÃO

AULA 3

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
FUNIL DE INCERTEZA
FERRAMENTAS PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS
MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E RECURSOS

AULA 4

PLANEJAMENTO DE TECNOLOGIA
FONTES DE TECNOLOGIA
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: STARTUP
A TECNOLOGIA SUSTENTÁVEL
OBSOLESCÊNCIA TECNOLÓGICA

AULA 5

INTERNET DAS COISAS E AS 'COISAS' DO VAREJO
TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS E SEGURANÇA DIGITAL
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E LOGÍSTICA
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A REVOLUÇÃO NOS SISTEMAS CORPORATIVOS
TECNOLOGIA BLOCKCHAIN NOS PROCESSOS GERENCIAIS

AULA 6

SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO E REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
CICLO DE VIDA DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
ECONOMIA DE ESCALA E ESCOPO PARA PROJETOS INOVADORES
GESTÃO ESTRATÉGICA DA TECNOLOGIA
GESTÃO DA INOVAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- FOSTER, Richard; KAPLAN, Sarah; Destruição Criativa. Campos, 2001.
- BROWN, Tim. Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- ADLER, Mortimer. Como pensar sobre as grandes ideias. São Paulo: É Realizações, 2013.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

RESUMO

Caro aluno, nesta disciplina vamos apresentar assuntos interessantes que impactam a nossa vida. Você é nosso convidado para refletir sobre temas que dizem respeito à gestão das finanças públicas. Vamos lá? Começamos com uma pergunta: quando começa a nossa relação com o setor público? Bem, o setor público está associado à prestação de serviços pelo Estado, aos cidadãos de um país. Desde o momento em que acordamos, nos relacionamos com diversos serviços prestados pelo Estado, de forma direta ou indireta: ao acordar, ligamos o interruptor para iluminar a casa, vamos tomar banho, escovar os dentes, fazer e tomar café da manhã e nos preparamos para sair (para o trabalho ou para os estudos). Depois, pegamos o transporte público ou nosso veículo próprio e chegamos ao nosso destino matinal. Consegue perceber quando começa a nossa relação com o setor público?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FINANÇAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E TEORIA
ESPÉCIES DE ORÇAMENTOS
FUNÇÕES DO GOVERNO
FONTE NORMATIVA DO DIREITO FINANCEIRO BRASILEIRO

AULA 2

NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO BRASILEIRO
CICLO ORÇAMENTÁRIO
PLANO PLURIANUAL (PPA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

AULA 3

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS EXPLÍCITOS NA LEI N. 4.320/1964
PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO E DA DISCRIMINAÇÃO

PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE
PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DAS DESPESAS
OUTROS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

AULA 4

HISTÓRICO E OBJETIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS E IMPLANTAÇÃO DA LEI)
PRINCÍPIOS DA LRF
LICITAÇÕES PÚBLICAS CONCEITOS, OBRIGATORIEDADE
MODALIDADES DE LICITAÇÕES PÚBLICAS
LICITAÇÃO DISPENSADA E LICITAÇÃO DISPENSÁVEL

AULA 5

CRIMES DE RESPONSABILIDADE E CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS
GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO
GESTÃO DE RISCOS
COMPLIANCE (PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO GOVERNO FEDERAL)
PERSPECTIVAS FUTURAS NA ÁREA DE CONTROLE (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA, INTERNET DAS COISAS ETC.)

AULA 6

AUDITORIA GOVERNAMENTAL (FINALIDADE, OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA): NBASP 100 – CORRESPONDENTE À ISSAI 100
AUDITORIA GOVERNAMENTAL: NBASP NÍVEIS 1, 2 E 3
NBASP 3000 – NORMA PARA AUDITORIA OPERACIONAL; NBASP 300 – ISSAI 300
NBASP 4000 – NORMA PARA AUDITORIA DE CONFORMIDADE
NBASP 200 – ISSAI 200 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Glossário de Termos. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 22 dez. 2020.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.
- PALUDO, A. Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

RESUMO

Para entendermos como as obras públicas funcionam e se organizam dentro da gestão urbana, é preciso perceber o espaço físico e estrutural envolvidos nesse processo. Ao longo dos anos, o mundo apresentou transformações que influenciaram a paisagem urbana e a gestão de obras públicas, como a era da globalização no final do século XX, quando a economia se tornou mais ampla e as fronteiras entre Estados e nações diminuíram geograficamente o território político e econômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

QUESTÕES HISTÓRICAS RELACIONADAS À GESTÃO URBANA
POLÍTICAS EFICIENTES AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
O EXERCÍCIO DA CIDADANIA
MALHA VIÁRIA E EQUIPAMENTOS URBANOS
ÓRGÃOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

AULA 2

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

GESTÃO DO CONHECIMENTO

A GESTÃO DO CONHECIMENTO ESTABELECIDADA POR DIMENSÕES, SEGUNDO
TERRA (2001)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PLANO DE GOVERNO

AULA 3

DEFINIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

FASES PRELIMINARES DAS OBRAS PÚBLICAS

DEFINIÇÃO DE METAS E PRIORIDADES DAS OBRAS PÚBLICAS

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE OBRAS PÚBLICAS

AULA 4

DEFINIÇÃO DE LICITAÇÃO E ASPECTOS LEGAIS

PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

FASES DA LICITAÇÃO

HABILITAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AULA 5

O CONTROLE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONTRATO ADMINISTRATIVO

PODER PÚBLICO

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTOS SOCIAIS

AULA 6

GESTÃO TERRITORIAL PARTICIPATIVA

DESCENTRALIZAÇÃO LOCAL E PARTICIPAÇÃO POR MEIO DAS REDES

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTE DECISIONAL

BIBLIOGRAFIAS

- BONATTO, H. Critérios éticos para a construção de edifícios sustentáveis. Curitiba: Negócios Públicos, 2015.
- CASTTELS, M. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MONTALVÃO, E. G. Gestão de obras públicas. Curitiba: InterSaberes, 2013.

DISCIPLINA:

GESTÃO ESTRATÉGICA DA INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Com o advento do século XXI, temos uma ruptura teórica e prática na administração pública, passando do Estado dito burocrático para o Estado gerencial. Essa nova abordagem possui também o nome de nova administração pública, como consequência do entendimento de que os modernos Estados não são meramente instrumentos que visem somente à garantia de contratos e da propriedade, mas também que formulem e implementem políticas públicas estratégicas para o cidadão e para a sociedade, tanto na esfera social quanto na tecnológica e na científica. Logicamente, o século XX foi determinado pelas fortes transformações na revolução tecnológica. A internet trouxe radicais mudanças no modo de vida, principalmente

na forma como nos comunicamos, interagimos e obtemos informações. Assim sendo, o tema que ganhou notoriedade é inovação, sinalizando que, somado ao conhecimento, desempenha um papel fundamental e relevante na economia moderna.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A GESTÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CLIENTE
HABILIDADES E COMPETÊNCIAS
ADMINISTRAR É DECIDIR!
DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO

AULA 2

MODELOS DE ESTADO
MUNDO DA ADMINISTRAÇÃO: INOVAÇÃO
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
MODELOS DE ESTADO

AULA 3

O INESPERADO
INCONGRUÊNCIAS
MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO
A IDEIA BRILHANTE

AULA 4

GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE
A REFORMA BRASILEIRA
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 5

PROJETO INOVA GOV
APRENDIZADO COM O INOVA GOV
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
O CAMINHO PARA A INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

TENDÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO
A PROLIFERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: BASES E EFEITOS
MAIS SOBRE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
INOVAÇÃO COMO UM IMPERATIVO

BIBLIOGRAFIAS

- GESTÃO pública de excelência. O Alfinete Digital, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.oalfinete.com/artigo/gestao-publica-de-excelencia>.
- INOVAÇÃO. In: Wikipedia. [S.d.]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Inovação>.
- MAZZUCATO, M. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.

DISCIPLINA:

GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

RESUMO

Esta disciplina, Gestão Pública e Cidadania, traz conceitos básicos necessários ao seu desenvolvimento. Conceitos de Gestão Pública, seu desenvolvimento na história, como se implementa a prestação de atendimento ao cidadão brasileiro, conforme o modelo de gestão que se adota.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CIDADANIA O ESTADO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 A PREOCUPAÇÃO DO CONSTITUINTE COM A CIDADANIA A GESTÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A CIDADANIA NA ATUALIDADE
AULA 2 CONSTITUCIONALISMO E DIREITOS HUMANOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS DIREITOS SOCIAIS CRIAÇÃO DOS CONSELHOS
AULA 3 ESTADO E DIREITOS TRABALHISTAS NO MUNDO ESTADO E DIREITO TRABALHISTA NO BRASIL O QUE ACONTECEU DE 2013 EM DIANTE REFORMA TRABALHISTA
AULA 4 REFORMA AGRÁRIA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ALIMENTOS ORGÂNICOS COMO FONTE DE RENDA URBANIZAÇÃO DO BRASIL E DESIGUALDADE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS NAS ZONAS RURAL E URBANA
AULA 5 EMPREGO DIRETO E INDIRETO EMPREGO FORMAL ATIVIDADES EXITOSAS DE GERAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS TRABALHO INFORMAL
AULA 6 SEGUNDO SETOR TERCEIRO SETOR TERCEIRO SETOR E O COMBATE À MISÉRIA EXTREMA NO BRASIL CONCLUSÃO
BIBLIOGRAFIAS
• PIOVESAN, F. Declaração Universal de Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas. Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2018. • SILVA, R. R. C. C.; MATTIA, C. de. Ciência administrativa e gestão pública: uma crítica à primazia do privado em relação ao público. Cad. EBAPE.BR, v. 14, n. 2, art. 10, Rio de Janeiro, abr./jun. 2016. • WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, E. (Org.). Sociologia da burocracia. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

DISCIPLINA:
URBAN DATA ANALYTICS, URBAN BIG DATA E IOT
RESUMO
Em termos gerais, podemos ter o planejamento urbano como um processo de formação e evolução de programas e serviços, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população de áreas urbanas, tanto já existentes como também a serem delineadas. O planejamento

urbano 4.0 opera sobre uma visão de estratégias de planejamento urbano inteligente, identificando novas tendências de tecnologias no setor de cidades. Nele, estão inseridos temas relativos a transporte e mobilidade, infraestrutura digital, gestão de energia, água e resíduos. Tudo isso tendo como premissas as cidades 4.0, que se revelam como cidades funcionais e sustentáveis em um contexto de transformação digital.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CIDADE INTELIGENTE E SEUS BENEFÍCIOS
CONSTRUINDO CIDADES INTELIGENTES
ESTRATÉGIAS EM CIDADES: ASPECTOS E PERCEPÇÕES
INTELIGÊNCIA PÚBLICA NO ÂMBITO DA GESTÃO

AULA 2

INICIANDO COM ANALYTICS
CULTURA DE ANALYTICS
DATA & ANALYTICS NA ATUALIDADE
TENDÊNCIAS DA ÁREA DE DATA & ANALYTICS

AULA 3

VISÃO DE BIG DATA
A CONTEMPORANEIDADE DE URBAN DATA
FERRAMENTAS DE BIG DATA
INTEGRAÇÃO DE DADOS

AULA 4

QUESTÕES ÉTICAS DE VIGILÂNCIA DE DADOS
FUNCIONAMENTO NA PRÁTICA
RESULTADOS EM BIG DATA SURVEILLANCE
O QUE SE ESPERA COM A VIGILÂNCIA DE DADOS

AULA 5

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS
GERÊNCIA DE DISPOSITIVOS
APLICAÇÕES DE IOT
SEGURANÇA PARA IOT

AULA 6

ESTRATÉGIAS DE TECNOLOGIA
REQUISITOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS
GESTÃO DA CIDADE 4.0
INTERAÇÃO HUMANA

BIBLIOGRAFIAS

- DUMONT, D. M.; RIBEIRO, J. A.; RIBEIRO, L. A. Inteligência pública na era do conhecimento. 2006.
- MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, n. 111, p. 09-18, 2011.
- PIEKAS, A.; SARAIVA, A. et al. Aspectos legais e percepções sobre as estratégias para cidades inteligentes e criativas: estudo da cidade de Chapecó (SC). Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 10, n. supl., 2018.

DISCIPLINA:

INTERNACIONALIZAÇÃO DE CIDADES

RESUMO

O desenvolvimento de atividades de relações internacionais em nível local é uma atividade que apenas recentemente se manifestou no Brasil. Com as elaborações de estratégias de política externa historicamente restritas a países, é fato que as cidades e os Estados tiveram seus potenciais de atuação internacional não integralmente aproveitados ao longo da história recente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

PARADIPLOMACIA INSTITUCIONALIZADA
SECRETARIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
FATORES DOMÉSTICOS E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE AGENTES SUBNACIONAIS
GLOBALIZAÇÃO: O PAPEL LOCAL

AULA 2

RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE CIDADES
ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS PARA O DESENVOLVIMENTO
CIDADES GLOBAIS
ESTRATÉGIAS PARADIPLOMÁTICAS

AULA 3

GLOBALIZAÇÃO E CULTURA
CULTURA COMO INSTRUMENTO DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DIPLOMACIA CULTURAL E GOVERNO
ATORES DA INTERNACIONALIZAÇÃO CULTURAL

AULA 4

GOVERNANÇA MULTI-NÍVEL
GOVERNANÇA GLOBAL E O DIREITO INTERNACIONAL (D.I.)
REGIONALIZAÇÃO
CIDADES COMO PROTAGONISTAS

AULA 5

PLATAFORMAS DE CIDADES SUSTENTÁVEIS
GRANDES METRÓPOLES
CIDADES INTELIGENTES
CIDADES E A ECONOMIA GLOBAL

AULA 6

CIDADES-BRICS
SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MARKETING COMO FERRAMENTA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- JUNQUEIRA, C. G. B. A criação das Secretarias de Relações Internacionais (SMRIs) como nova realidade da inserção internacional dos entes subnacionais brasileiros. Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI, n. 21, set./dez., 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6477/1/BEPI_n21_Cria%C3%A7%C3%A3o.pdf.
- NEVES, L. P. A Inserção Internacional do Rio de Janeiro. (2013). Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), 2013.
- SILVA, A. C. P. M. da. Captação de recursos externos por unidades subnacionais do Brasil após a Constituição Federal de 1988. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de

Janeiro, 2008. Disponível em: <https://blogfonari.files.wordpress.com/2016/02/monografia-anna-carolina.pdf>.

DISCIPLINA: CIDADE E ENGENHARIA DE TRÁFEGO
RESUMO
A disciplina irá expor conceitos fundamentais da engenharia de tráfego, dedicando - se às variáveis básicas do tráfego, sua inter-relação, métodos de coleta de dados, estudos sobre segurança viária, estacionamento, polos geradores de viagens e cálculo da capacidade de vias.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 TRANSPORTE RODOVIÁRIO TRANSPORTE FERROVIÁRIO TRANSPORTE DUTOVIÁRIO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO TRANSPORTE AÉREO
AULA 2 CONCEITOS IMPORTANTES ANÁLISE DE CAPACIDADE PESQUISAS EM ENGENHARIA DE TRÁFEGO OFERTA E DEMANDA NOVAS TECNOLOGIAS
AULA 3 POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA MODOS DE TRANSPORTE MOTORIZADOS MODOS DE TRANSPORTE NÃO MOTORIZADOS ACESSIBILIDADE UNIVERSAL O PAPEL DAS CALÇADAS
AULA 4 DÉCADA MUNDIAL DE AÇÕES PARA A SEGURANÇA VIÁRIA TIPOS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO SINALIZAÇÃO VIÁRIA MODERAÇÃO DE TRÁFEGO AÇÕES PARA A REDUÇÃO DE ACIDENTES
AULA 5 CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO DO DENATRAN DIRETRIZES NACIONAIS DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NAS ESCOLAS EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO BRASIL EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO EM OUTROS PAÍSES
AULA 6 PLANEJAMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MOBILIDADE E TRÂNSITO COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERATIVOS NA PNMU CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA O TRÂNSITO MODELO DE GESTÃO DO TRÂNSITO: PROJETO SMART
BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. CNT – Confederação Nacional do Transporte. Anuário do transporte 2016. Brasília, 2016. Disponível em: <http://anuariodotransporte.cnt.org.br/2016/>. Acesso em: 21 set. 2019.

DISCIPLINA:
STARTUPS - TRANSFORMANDO CIDADES TRADICIONAIS EM CIDADES INTELIGENTES
RESUMO
Nos dias atuais, muito se ouve falar em startups. Nesta disciplina, iremos aprender o que é uma startup, quais suas principais características e quais são seus tipos/classificações. Entenderemos quais são seus objetivos e como elas podem contribuir para o desenvolvimento das smart cities. A maioria das startups está intimamente ligada à tecnologia, podendo ser usada pelas cidades para facilitar a vida dos cidadãos e dos serviços a eles prestados, reduzindo tempo de deslocamento e espera, por exemplo, bem como maior acesso às informações.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CARACTERÍSTICAS DAS STARTUPS TIPOS DE STARTUPS NEOLOGISMOS DO MUNDO DAS STARTUPS - PARTE 1 NEOLOGISMOS DO MUNDO DAS STARTUPS - PARTE 2
AULA 2 O QUE SÃO SMART CITIES? DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DE SMART CITIES TENDÊNCIAS PARA AS SMART CITIES SERVIÇOS OFERECIDOS PELAS SMART CITIES
AULA 3 COESÃO SOCIAL ECONOMIA GOVERNANÇA E ISO 37.120 MEIO AMBIENTE
AULA 4 PLANEJAMENTO URBANO CONEXÕES INTERNACIONAIS TECNOLOGIA CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DIMENSÕES ABORDADAS
AULA 5 LONDRES (INGLATERRA) NOVA IORK (ESTADOS UNIDOS) AMSTERDÃ (HOLANDA) PARIS (FRANÇA)
AULA 6 CURITIBA (BRASIL) SANTIAGO (CHILE) MEDELLÍN (COLÔMBIA) IMPORTÂNCIA DAS STARTUPS NO CENÁRIO DAS SMART CITIES
BIBLIOGRAFIAS

- ACESTARTUPS. Tipos de startups. 2019. Disponível em: <http://acestartups.com.br/HEALTH-TECH/>.
- SEBRAE. O que é uma startup?. 2018. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-umastartup,6979b2a178c83410VgnVCM1000003b74010aRCRD>.
- SETTING CONSULTORIA. Conheça os 6 tipos de startups e entenda sua posição no mercado. 2019. Disponível em: <https://www.setting.com.br/blog/gestao-empresarial/tipos-de-startups/>.

DISCIPLINA:
ESTRATÉGIAS BIOCLIMÁTICAS 4.0 NO MEIO AMBIENTE URBANO
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 A CIDADE E O CLIMA ESPAÇO URBANO MICROCLIMA DO ESPAÇO URBANO BIOCLIMÁTICA URBANA ASPECTOS GERAIS ENVOLVIDOS: CARACTERÍSTICAS LOCAIS, FORMA E ELEMENTOS URBANOS, CIDADES E ESTRATÉGIAS 4.0
AULA 2 A CIDADE E TEMPERATURA SOLUÇÕES VERNACULARES EFEITO “ILHAS DE CALOR” ESTRATÉGIA BIOCLIMÁTICA TÉRMICA: FORMA DA CIDADE ESTRATÉGIA BIOCLIMÁTICA TÉRMICA: TECNOLOGIA, MATERIAIS E ELEMENTOS URBANOS
AULA 3 A CIDADE E A LUZ LUZ URBANA: ASPECTOS POSITIVOS LUZ URBANA: ASPECTOS NEGATIVOS A LUZ E A FORMA URBANA A LUZ, A TECNOLOGIA E OS ELEMENTOS URBANOS
AULA 4 A CIDADE E O SOM CONCEITOS E PROPRIEDADES SONORAS CONFORTO ACÚSTICO NAS CIDADES O SOM E A FORMA URBANA O SOM E OS ELEMENTOS URBANOS
AULA 5 CONCEITOS E PROPRIEDADES DO VENTO A MOVIMENTAÇÃO DE AR E A QUALIDADE AMBIENTAL O VENTO E A FORMA URBANA O VENTO, A TECNOLOGIA E OS ELEMENTOS URBANOS
AULA 6 MONITORAMENTO BIOCLIMÁTICO URBANO SIMULAÇÃO BIOCLIMÁTICA URBANA MITIGAÇÃO CLIMÁTICA COM VEGETAÇÃO E TECNOLOGIA INTERNET DAS COISAS E ELEMENTOS URBANOS

DRONES E A BIOCLIMÁTICA URBANA

DISCIPLINA: GESTÃO DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL
RESUMO Para que a gestão da infraestrutura logística possa acontecer da melhor forma possível, é importante conhecer primeiramente a logística, sua atuação e seus objetivos. Esta disciplina nos apresentará o que é a logística, seus objetivos, cadeia de suprimentos e seus fluxos. Com base nesses conceitos, poderemos visualizar de que forma o gestor trabalhará para proporcionar a sua região a melhor infraestrutura para que ela alcance desenvolvimento, atraindo investimentos e aumentando a competitividade empresarial.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO AULA 1 OBJETIVOS DA LOGÍSTICA SUPPLY CHAIN MANAGEMENT (SCM) OBJETIVOS DO SCM FLUXOS LOGÍSTICOS AULA 2 TENDÊNCIA E DESAFIO LOCAL DE ATUAÇÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS O QUE É UM MODAL? O QUE É UM OPERADOR LOGÍSTICO? AULA 3 RODOVIÁRIO – CARACTERÍSTICAS E INDICAÇÕES RODOVIÁRIO – SITUAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO AEROVIÁRIO – CARACTERÍSTICAS E INDICAÇÕES AEROVIÁRIO – SITUAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO AULA 4 FERROVIÁRIO – SITUAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO AQUAVIÁRIO – CARACTERÍSTICAS E INDICAÇÕES AQUAVIÁRIO – SITUAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO DUTOVIÁRIO – CARACTERÍSTICAS, INDICAÇÕES, SITUAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO AULA 5 ARMAZENAGEM LOGÍSTICA REVERSA E SUSTENTABILIDADE PRODUTOS PERIGOSOS PLATAFORMAS LOGÍSTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL AULA 6 PRIVATIZAÇÃO VISÃO DE LONGO PRAZO MOBILIDADE URBANA FERRAMENTAS PARA GESTÃO
BIBLIOGRAFIAS • ALVES, A. R. Geografia econômica e geografia política. Curitiba: InterSaber, 2015.

- IMAM. Dicionário de logística on-line. São Paulo, [S.d.]. Disponível em: <https://www.imam.com.br/logistica/dicionario-da-logistica/?pag=2&q=logistica>. Acesso em: 16 out. 2019.
- MORAIS, R. R. de. Logística empresarial. Curitiba: InterSaberes, 2015.